

afirmar que mais da décima parte da população brasileira tem seu interesse econômico primordial no café. Representando o seu comércio anual, nas bases atuais, um giro de cerca de 900 bilhões de cruzeiros, é intuitivo que as perturbações que ocorrem na sua comercialização provocam efeitos lastimáveis de ordem geral.

Conduzida a política cafeeira através de esquemas anuais de comercialização, formalidade insensata e que se tornou norma no semi-inútil I.B.C., perdemos dois ou três meses, todos os anos, em debates infrutíferos, nos quais a lavoura tenta reavivar suas fracas e baldadas esperanças por uma sadia política cafeeira e as autoridades administrativas procuram, através de delongas e mutismos, que, afinal, só revelam ignorância e incapacidade, aumentar mais o seu ânimo predatório.

O que se impunha fazer nesse ciclo gestatório de cerca de três meses, que só serviu para interromper a fase favorável de exportação e perturbar toda a comercialização do café, era a formulação de uma política sólida e bem orientada para a aplicação ordenada dos nossos estoques, que são muito inferiores ao que se alardeia, disciplinando sua preparação prévia e o seu escoamento, tendo em vista, como já estava constatado, que a safra presente não iria atender às necessidades da exportação, ao que agora se pode adicionar, como novo elemento, a má qualidade de boa parte de tão exigua colheita.

No entanto, obsecados com providências imediatistas e de caráter financeiro, tornaram os responsáveis pelo café as decisões menos acertadas. Oneraram, sem justa razão, as safras de 1963-64 e 1964-65, reduzindo ainda mais a participação que, anteriormente, tocava ao produtor. Estabeleceram esquemas de financiamento deficientes e desanimadores. Compuseram um plano de compras aquém do custo real de produção e sem prêmios para os melhores tipos e bebida. Ao mesmo tempo colocaram à disposição do exportador o café estocado, que deve ser de melhor qualidade, a preços inferiores ao da própria pauta de exportação. Com isso, estabeleceu-se a desordem e a confusão, que repercutem péssimamente aqui e nos mercados consumidores, aliás orientados por elementos equilibrados e com amplo conhecimento dos negócios de café, que ficam

estarcidos diante de tanta insensatez.

É preciso que se compreenda que a área cafeeira, de fundamental influência em extensas regiões geo-econômicas, não vai obter mais do que 80 ou 90 bilhões de cruzeiros e que deverá prosseguir mais um ano, até que uma safra de maiores proporções lhe assegure rendimento satisfatório. Fica bem evidente, que esse reduzido ingresso, que deveria, normalmente, ser cinco vezes maior, irá exercer enorme recessão nas atividades do comércio, em geral, na referida área, gerando crises de toda ordem. Este aspecto é o mais importante no tema café, ao lado da sua capacidade extraordinária em produzir divisas externas. Nenhum economista pode jactar-se desse título, se não se capacitar da singular importância do café na economia brasileira.

O café, como já foi afirmado ainda recentemente, é riqueza e é prosperidade; o que ele não é, como a deturpação da nossa orientação antieconômica tem configurado: o meio de dar emprego a cerca de 7.000 funcionários do I.B.C., com salários sempre reajustados; produto simplesmente destinado a dar rendas tarifárias e de armazenagem, sempre atualizadas; instrumento para sacaria a preços sempre miorados; transações "comalísticas" de toda a sorte; nem tampouco para abastecimento de suspeitos entrepostos ou transações com produtos encailhados da Cortina de Ferro, ou ainda para ser dado, quase de graça, aos torradeiros nacionais. Não, evidentemente não deve ser com esse propósito que mais de 7 milhões de brasileiros se dedicam ao cultivo do café.

Dois pontos se nos afiguram de primordial importância na atual

conjuntura, conseqüente dessa séria de erros e de ausência de previsão. O primeiro diz respeito à necessidade de se proporcionar condições de solidez ao produtor, de maneira a capacitá-lo a atravessar o interregno entre a presente safra, praticamente frustrada, e a futura. Este seria rapidamente alcançado com a liberação das colheitas apenadas, que não darão para saldar os débitos, e a promoção imediata de um plano adequado e objetivo de financiamento das culturas, tendo em vista o interesse em fortalecer os núcleos de produção, que restaram da hecatombe causada pelas geadas e secas. O segundo seria a sustentação sadia do mercado, através de financiamentos mais liberais, a eliminação das distorções absurdas provocadas com a prática de taxas de confiscos desiguais, aliás ambas inconvenientes e exageradas, e o afastamento total do I.B.C. de qualquer iniciativa comercial com o Exterior, pois, por melhor intencionada que seja a sua direção, é sempre envolvida em operações capazes de suscitar dúvidas, devendo se limitar a atender às faltas nas praças exportadoras, dentro das cotações reais e não a preço fixo e até inferior.

A melhoria externa dos preços e a recuperação do ritmo da exportação virão naturalmente, em função da reconhecida capacidade do nosso comércio exportador e do indiscutível reajuste estatístico" — concluiu o sr. Salvador de Toledo Artigas.

Finalmente, o sr. Octavio Cintra Leite, do Conselho Superior da SRB, propôs, e foi aprovado pela unanimidade do plenário, o encaminhamento do presente estudo ao sr. presidente da República, classificando o mesmo como uma colaboração oportuna e construtiva e por ser uma fiel e judiciosa análise da presente conjuntura cafeeira.

É OBRIGATORIA A DESTRUIÇÃO DOS RESTOS CULTURAIS DO ALGODOEIRO

O decreto nº 19.594-A, de 27 de julho de 1950, tornou obrigatório o arrancamento e a destruição das soqueiras do algodão, pelos lavradores de todas as zonas algodoeiras do Estado.

A mesma obrigatoriedade têm os industriais ligados ao preparo do produto, em destruir as varreduras e restos de suas indústrias.

Esta determinação resulta do fato de que as piores pragas e moléstias dos algodoeiros ficam abrigados nos restos de cultura por um longo período e podem infestar as novas culturas, trazendo sérios prejuízos para os cotonicultores.

Infelizmente os lavradores não têm observado com rigor a recomendação, alegando vários motivos para esse procedimento. Um deles, a da dificuldade em arrancar, pode ser resolvido com uso de máquinas agrícolas simples, tracionadas por animais.

Lavradores mais adiantados e que cultivam grandes áreas, empregam o trator com a adaptação de conjuntos especiais de discos. Numa só operação arrancam duas luas, aumentando o rendimento e conseqüentemente, tornando a prática menos onerosa.

O lavrador que arranca e queima as soqueiras, como recomenda a técnica, estará contribuindo decisivamente para o aumento da produtividade das lavouras paulistas de algodão e aumentando suas rendas, pois suas lavouras futuras correrão menos riscos de pesadas infestações de diversas pragas e moléstias.